

Entrevista

INCLUSÃO EDUCACIONAL

Leonardo Raja Gabaglia
Regina Célia Gouvêa Lázaro

Mônica Pereira dos Santos é Doutora em Psicologia e Educação Especial, Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Estudos e Apoio à Participação e à Adversidade em Educação - LaPEADE - e Docente da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Pesquisadora em Inclusão em Educação, concede para a revista Benjamin Constant entrevista que aborda, além da compreensão de inclusão escolar, os caminhos para uma escola inclusiva e a postura profissional diante desta realidade.

Contatos:

e-mail: monicapes@globo.com

site LaPEADE: <http://www.lapeade.educacao.ufrj.br>

Como você entende a inclusão escolar? E qual é a realidade brasileira?

Compreendo os mecanismos de inclusão sempre vinculados ao seu oposto complementar, as exclusões, em relação dialética. No caso educacional, o mesmo se aplica. Assim, é necessário perceber os processos de exclusão, para entender o que pode ser a inclusão escolar. Como a exclusão se dá pelos mais variados motivos, que podem ser contínuos ou temporários, é fundamental uma vigilância constante aos processos de exclusão na escola e promover a inclusão em três dimensões: na criação de uma Cultura de Inclusão, que é estabelecer os valores institucionais, as percepções e representações de cada sujeito membro e participante do contexto escolar, sobre os processos de exclusão reais e potenciais no seu cotidiano. No desenvolvimento de Políticas de Inclusão, expressas nas diretrizes, orientações e norteamientos, com a finalidade de colocar em prática os valores inclusivos; as políticas orientarão ações e devem estar presentes, além de nas Leis, no Projeto Político Pedagógico - PPP, nas regras disciplinares e administrativas, nas convenções, no currículo e ementas e assim sucessivamente. Na orquestração cotidiana de Práticas Inclusivas, ações efetivamente levadas a cabo no sentido de se minimizar as exclusões, por meio da participação, discussão e decisão dos membros da comunidade escolar nas atividades e rumos da mesma.

A realidade brasileira, em termos legais, parece estar caminhando neste sentido, mas na prática ainda temos muito que percorrer. E teremos sempre, pois que inclusão é processo sem fim. Se considerarmos que: 1º- vivemos em um mundo cuja lógica que o constitui e permeia é a da desigualdade; 2º- que tal desigualdade tende a ser classificada em "boa" ou "ruim"; 3º- que para que a inclusão seja "eterna" seria preciso terminar com esta lógica. Somos obrigados a concluir que nunca há como prever, com 100% de certeza, quais as exclusões que ainda estarão por vir. Apenas podemos ter certeza de que, por vivermos nesta lógica, elas sempre existirão. É neste sentido que se pode falar em um "preparo" profissional, não o preparo puramente tecnicista sobre como tratar certos sujeitos excluídos, mas o preparo moral, cultural, para a perda do medo do trato com a diferença, com a diversidade, usando os casos

atuais de exclusão como exemplos, nunca como únicos ou mesmo esgotantes das possibilidades de exclusão.

A escola especializada é considerada, pela política educacional atual, como uma sentença à diferença. Para seus alunos e responsáveis, essas escolas são essenciais como direito à diferença. Como você analisa esta situação?

A proposta de inclusão prevê uma escola que seja de qualidade para todos, independentemente de suas características particulares. Um de seus princípios básicos é o de aumento da participação dos estudantes - seja quem for - nas decisões do dia-a-dia da escola para todos, que contém toda a diversidade possível em si. Fica difícil, entretanto, a tomada de decisões relativas a um mundo repleto de diferenças se estamos em um ambiente feito somente para certos grupos. Outro princípio básico é o da convivência. Da mesma maneira, não podemos aprender a conviver em paz e respeito com a diversidade se estamos longe dela! Reconheço, entretanto, que a escola que temos hoje está muito longe de promover uma efetiva participação e convivência pacíficas. Esta escola precisa ser reinventada no sentido de sua visão sobre pelo menos - e digo pelo menos mesmo! - quatro perspectivas centrais: sua cultura, seu currículo, suas práticas e concepções avaliativas e a formação docente. Tudo isto implicaria, para dizer o mínimo: visão menos "conteudista" e mais qualitativa da proposta curricular, avaliações individualizadas, processos constantes de avaliação institucional, turmas menores, professores devidamente valorizados, bem pagos e bem educados para exercerem seus ofícios, e assim sucessivamente. É neste sentido que admito, provisoriamente, a existência de ambientes em separado. Mas vale lembrar que a educação especial, como prática e recurso importantíssimo pedagógico que é, não se esgota com a proposta inclusiva, muito pelo contrário! Não podemos esquecer disso, mas parece que este aspecto continua sendo maciçamente esquecido. Ela continua a existir, só que disponível para todos, em qualquer escola, e não somente em escolas especiais. A separação física entre povos e pessoas ou grupos só alimenta os mitos que construímos a respeito dos mesmos e nossa ignorância, e, muitas vezes, as guerras e rivalidades. Só há um jeito de combatermos preconceitos e promovermos a convivência pacífica entre povos, nações, grupos sociais e indivíduos: vivendo juntos.

O que devemos entender como convivência pacífica?

A convivência em um mundo sem guerras, em última instância, é disso que a inclusão trata.

Quais as adversidades encontradas, pela escola inclusiva, ao ensino/aprendizagem do deficiente visual?

Na maior parte das vezes, as mesmas que para quaisquer alunos: educação sucateada, professores desmotivados e sem tempo para individualizar sua pedagogia e dedicarem-se aos estudantes, particularmente àqueles que têm ritmo mais lento para aprender - por qualquer motivo que seja, salas de aula hiper-lotadas, avaliações pontuais, massificadoras e "mediocrizantes", culturas - valores, representações, concepções - muito mais excludentes do que inclusivas na instituição, devido à pouca reflexão que se faça no dia-a-dia institucional e à falta de uma avaliação institucional contínua.

A Alfabetização de alunos cegos (Sistema Braille), em turmas regulares, é realidade em alguma escola que você conhece? Teria detalhes?

Não de ver, apenas de ouvir falar.

O que posso dizer é que em visita à Índia, em 2005, me mostraram uma escola pública que continha alunos com deficiências incluídos. Um deles era cego e estava na sala de Educação Infantil, aprendendo a ler em Braille com as outras crianças e duas professoras, sendo que uma delas dominava o Sistema Braille. O que os anfitriões mais enfatizaram foi a euforia e o interesse que se instaurou entre as crianças e a professora não especialista em alfabetizar no Braille, pois também estavam conhecendo aquele sistema de leitura e escrita. Vale dizer que esta escola é de tempo integral - uma exceção por lá - e que as atividades curriculares eram divididas para contemplar momentos grupais de aprendizagem do Braille e momentos individuais. Interessante, não? Infelizmente, não pude observar a experiência, pois a turma saía em atividade extra-curricular.

Como deve ser a formação do professor para atuar em escolas inclusivas?

Esta é uma pergunta capciosa, pois pode implicar na compreensão de que exista um perfil único para este professor, o que não pode ser o caso, por ir contra os próprios princípios da inclusão. Mas em linhas gerais, poderíamos dizer que estes profissionais precisam ser educados para não terem medo de lidar com o inusitado, a diferença, e precisam ser dotados de recursos teórico-práticos que lhes permitam desenvolver sua autonomia - e criatividade! - o suficiente para saberem dar os primeiros passos e obter mais conhecimento e ajuda, se preciso, quando toparem com uma diferença que lhe seja significativa. Além, é claro, da sensibilidade necessária sobre o Outro que lhe permita exercitar, cotidianamente, o respeito e a relação pacífica sem, com isso, deixar de ser um espírito questionador, interrogativo, que busque quebrar preconceitos e desarmar e surpreender, continuamente, o senso-comum.

Então quais os mecanismos e estratégias de apoio ao professor da rede regular, que se depara com aluno cego em turma inclusiva, que dão melhores resultados?

Difícil dizer de modo genérico. Mas sabe-se que quando a comunidade escolar percebe sua responsabilidade por todos os alunos, ela se junta ao professor para buscar recursos que solucionem as necessidades do processo educativo e superem as barreiras existentes para os alunos. Com um aluno cego não deveria ser diferente. Até porque, não é, obrigatoriamente, a cegueira, que provocará dificuldade no processo de aprendizagem. O que mais tende a causar os obstáculos é o preconceito e a insistência em se permanecer na ignorância em relação ao Outro. Por isso, mencionarmos a importância de uma comunidade escolar acolhedora e que tenha como princípio a luta cotidiana contra a exclusão - e direito - nos processos de participação dos alunos. Isto, entretanto, precisa estar contido nas políticas da escola e acontecer nas práticas cotidianas e atitudes de todos da escola: serventes, funcionários, docentes, administradores...

Sabe-se, de: salas de recursos, professores itinerantes etc. Neste sentido, quais as estratégias que apresentam melhores resultados, com alunos cegos, em turma inclusiva de alfabetização?

Das pesquisas que tenho lido, o professor itinerante tem sido uma boa alternativa - isto quando a escola consegue desenvolver uma verdadeira relação de parceria com ele. As salas de recursos, se não abusadas e usadas em contra-turno, são outra boa saída. Por abusadas quero dizer: desde que não se mande alunos para lá por qualquer motivo.

A que tem dado melhor resultado para a alfabetização é a presença de dois professores!

Gostaria que explicasse como funciona o LaPEADE, como tem atuado e realizado suas ações, como tem sido a procura (e por quem) e o retorno dos resultados?

O LaPEADE atua nas três principais frentes Universitárias: Ensino - somos todos educadores, formais ou informais; Pesquisa - atualmente com três projetos: um internacional, que envolve a investigação de processos de exclusão/inclusão na formação inicial de docentes em Universidades públicas do Brasil, Espanha, Angola e África do Sul, um estadual, por meio de pesquisa de avaliação da eficácia do Programa Nacional Escola de Gestores, do MEC e um local, ainda em fase de captação de recurso, para desenvolver o Index para a Inclusão em uma escola pública.

Além disso, realizamos Cursos Gratuitos de Extensão, tais como: Inclusão e Gênero, Inclusão em Educação e Inclusão e Deficiências. Promovemos palestras, as "Terças-Abertas", em todas as terças-feiras de cada mês, na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, na unidade da Urca, sobre temas de interesse geral. Orientamos as escolas públicas e produzimos material didático, técnico e acadêmico. Qualquer um pode nos procurar, pois somos um Laboratório aberto à participação não somente de estudantes de graduação e pós-graduação, mas também da comunidade externa à UFRJ. Nosso grupo contém várias pessoas de fora da Universidade, em geral professores das redes públicas.

O que vem a ser o Index?

O Index é um conjunto de materiais que desencadeiam processos de investigação sobre as artimanhas de exclusão para desenvolver estratégias de inclusão dentro de instituições. Permite identificar exclusões, priorizar problemas, desenvolver estratégias sustentáveis de inclusão e avaliação contínua dos mecanismos de exclusão nas instituições. Foi desenvolvido por dois colegas ingleses e contou com meu apoio e de outros parceiros internacionais. Realizei a tradução para o português brasileiro, como ação do Lapeade. Sua distribuição é gratuita, mas seu desenvolvimento envolve uma metodologia que precisa ser conhecida para ser bem desenvolvida nas instituições. É muito legal o Index!